

CNPJ N° 66.229.626/0001-82

ANEXO I / TR - TERMO DE REFERÊNCIA RETIFICADO

Nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e dos Decretos Municipais que regulamenta Lei de Licitações e Contratos Administrativos no âmbito municipal de Entre Folhas – MG, e suas alterações, apresentamos o presente Termo de Referência para subsidiar a administração Municipal, na eventual contratação.

1 - DO OBJETO:

- 1.1 Constitui objeto da presente licitação: registro de preços visando a contratação de empresa para fornecimento de hortifruti para a composição da merenda escolar e programas sociais, destinados atender a manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes do Termo de Referência.
- 1.2 O objeto desta contratação não se enquadrada como sendo bem de luxo conforme Decreto Municipal que dispõe sobre o bem de luxo.
- 1.3 A aquisição ocorrerá mediante sistema de registro de preços, com validade de 12 meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que nova pesquisa de preços comprove a vantajosidade do preço prorrogado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

1.4 – DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE ESTIMADA

1.4.1

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
1	Abobrinha caixa com 20 kg	caixa	30
2	Abobora japonês caixa com 20 kg	Caixa	30
3	Alho	kg	500
4	Batata baroa cx c/ 20 kg	caixa	60
5	Batata ingleza saco 50kg	saco	80
6	Batata doce cx c/ 20kg	caixa	60
7	Beterraba caixa c/ 20kg	caixa	25
8	Cebola caixa c/ 20kg	caixa	35
9	Cenoura caixa c/20kg	caixa	70
10	Couve flor	kg	300
11	Inhame caixa c/ 20 kg	caixa	70
12	Mandioca caixa com 20kg	caixa	80
13	Ovos brancos	Dúzia	900
14	Pimentão caixa com 20kg	caixa	15



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

15	Repolho caixa com 20kg	caixa	50
16	Quiabo caixa com 20 kg	Caixa	40
17	Tomate caixa com 20kg	caixa	130
18	Vagem caixa com 10kg	caixa	50
19	Chuchu caixa com 20kg	Caixa	25
20	Abacaxi caixa com 12 unidades	caixa	70
21	Banana Nanica caixa com 20 kg	caixa	100
22	Banana Prata caixa com 20 kg	caixa	170
23	Banana da Terra caixa com 20 kg	caixa	70
24	Laranja caixa com 18kg	saquinho	280
25	Maca nacional caixa com 18 kg	caixa	250
26	Mamão caixa com 20 kg	caixa	70
27	Melancia	kg	4500
28	Morango	kg	50
29	Maracujá caixa com 20 kg	caixa	80
30	Alface	pé	2300
31	couve	molho	2300
32	Cebolinha de folha	molho	1200
33	Salsinha	molho	1200
34	Manga Tipo ADA caixa com 20 kg	caixa	70
35	Brócolis	Kg	300
36	Uva Preta Tipo Vitória (bandeja com 500 gramas)	Bandeja	300
37	Tangerina Tipo Pokan (Caixa com 20 kg)	Caixa	125
38	Milho Verde In Natura Sem Palha	Kg	2000

1.4.2 - A quantidade na tabela acima se refere a um quantitativo estimado, servindo apenas como referência, e não vincula em hipótese alguma o consumo efetivo a ser realizado pelo MUNICIPIO. Os fornecimentos se darão conforme necessidades.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

2.1. A fundamentação da contratação administrativa como um todo está no Estudo Técnico Preliminar – ETP – (§ 1º do art. 18 da Lei nº. 14.133/2021).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Para a determinação dos preços de referência, buscam-se preços de mercado, de forma a alcançarmos preços mais próximos da realidade. O sistema de registro de preços permite



CNPJ Nº 66.229.626/0001-82

que a Administração adquira os serviços à medida que forem sendo necessários, respeitandose os limites orçamentários.

- 3.2. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 3.3. Para a prestação dos serviços/fornecimento de bens pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.
- 3.4. O fornecimento de hortifruti para a merenda escolar é uma necessidade urgente de interesse público. Essa medida visa assegurar a saúde, nutrição e bem-estar dos alunos da rede municipal de ensino, contribuindo para seu desenvolvimento físico e cognitivo, e promovendo a eficiência administrativa e o cumprimento das normas de segurança alimentar.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

- 4.1. A contratação administrativa deverá observar os seguintes requisitos:
- 4.2. sustentabilidade ambiental.
- 4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº. 14.133/2021 em razão de ser um fornecimento de bem comum.
- 4.4. É vedado à contratada subcontratar total ou parcialmente o fornecimento sem autorização expressada Administração
- 4.5. Fornecedor deverá assegura que todos os produtos fornecidos cumpram as normas sanitárias e regulamentações de segurança alimentar, padrões de qualidade. Isso evita possíveis sanções e contribui para a manutenção da boa imagem da administração pública.

4.6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (Contrato Social com todas as Alterações



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

Contratuais ou Contrato Social Consolidado), devidamente acompanhado do documento de identificação dos sócios e CPF;

- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício, devidamente acompanhado do documento de identificação dos sócios e CPF;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;
- f) Em se tratando de Microempreendedor Individual MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, devidamente acompanhado do documento de identificação do titular e CPF;
- g) A Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar por escrito conforme modelo constante no ANEXO VIII, e comprovar tal condição mediante certidão simplificada expedida com data do ano em curso pela Junta Comercial, sob pena de preclusão e de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações advindas da Lei Complementar 147/2014;
- h) Prova de que a empresa está em plena atividade, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente a seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, que deverá ser comprovado através do Alvará de Localização e Funcionamento da Prefeitura Municipal da sede da empresa licitante.

4.6.2 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA – FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação, judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

4.6.3 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- b) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa, expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria MF 358, de 5 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF n. 0083, de 17 de outubro de 2014.
- c) Certidão de Regularidade perante o FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;
- d) Certidão negativa de débitos referentes a tributos estaduais expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda:
- **e)** Certidão negativa de débitos tributários municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos do art. 29, V da Lei 8.666/93. A CND Trabalhista poderá ser obtida no seguinte sítio eletrônico: http://www.tst.gov.br/certidao.

4.6.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Alvará de Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Licença expedida pela Vigilância Sanitária Estadual, em nome da licitante;

4.6.5 DAS DECLARAÇÕES

- a) Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
- b) Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação pública ainda não tenha celebrado contratos administrativos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte EPP.

5. DA EXECUÇÃO DO OBJETO



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

- 5.1. O prazo de entrega é de 5 (cinco) dias, contados da Ordem de Fornecimento / Compra OF.
- 5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Praça da Matriz, 69, Centro Entre Folhas MG Secretaria Municipal de Educação ou descrito no campo de observações da Ordem de Fornecimento / Compra OF.
- 5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a contratada deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- **5.4.** No caso de bens perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias do prazo total recomendado pelo fabricante.
- **5.5.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) servidor(a) público(a) municipal pelo acompanhamento e fiscalização do contrato administrativo, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste TR e na proposta.
- **5.6**. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste TR e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- **5.7**. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 20 (vinte) dias úteis, pelo(a) servidor(a) público(a) municipal ou comissão, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- **5.8**. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- **5.9**. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato administrativo.

6. DA GESTÃO DA ATA / CONTRATO ADMINISTRATIVO



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

- 6.1. O contrato administrativo deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115 da Lei nº 14.133/2021).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato administrativo, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (§ 5º do art. 115 da Lei nº. 14.133/2021).
- 6.3. A execução do contrato administrativo deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(a) fiscal do contrato administrativos, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).
- 6.4. O(A) fiscal do contrato administrativo anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato administrativo, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (§1º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).
- 6.5. O(A) fiscal do contrato administrativo informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (§ 2º do art. 117 da Lei nº. 14.133/2021).
- 6.6. A Contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119 da Lei nº. 14.133/2021).
- 6.7. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120 da Lei nº. 14.133/2021).
- 6.8. Somente a Contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato administrativo (art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).
- 6.9. A inadimplência da Contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato administrativo (§ 1º do art. 121 da Lei nº. 14.133/2021).



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

- 6.10. As comunicações entre a Administração e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim, tal como: e-mail.
- 6.11. A Administração poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento pela efetiva entrega do objeto deste instrumento será efetuado até o 30º dia,à CONTRATADA, através da Tesouraria, APÓS A ACEITAÇÃO DEFINITIVA, mediante apresentação da Nota Fiscal correspondente, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo.
- 7.1.1 A Nota Fiscal correspondente deverá ser entregue pela licitante vencedora diretamente ao responsável pela fiscalização que somente atestará o fornecimento e liberará a Nota Fiscal para pagamentoquando cumpridas, pela licitante vencedora, todas as condições pactuadas.
- 7.1.2 A contagem para o 30º dia, previsto no *caput*, só iniciar-se-á após a aceitação DEFINITIVA e aceite do produto/equipamento pela fiscalização do Município de ENTRE FOLHAS MG e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.
- 7.1.3 Para execução do pagamento, licitante vencedora deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do Município de ENTRE FOLHAS MG, informando o número de sua conta corrente e agência Bancária, bem como o número da Ordem de Compra.
- 7.1.4 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de ENTRE FOLHAS MG.
- 7.1.5 A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da licitante vencedora.
- 7.1.6 O Município de ENTRE FOLHAS MG poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pela licitante vencedora caso verificadas



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

- a) A licitante vencedora deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município de ENTRE FOLHAS MG.
- b) Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante vencedora atenda à cláusula infringida.
- c) A licitante vencedora retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo quevenha a prejudicar as atividades do Município de ENTRE FOLHAS MG.
- d) Débito da licitante vencedora para com o Município de ENTRE FOLHAS MG quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
- e) Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.
- 7.7 Respeitadas as condições previstas neste instrumento, no caso de eventual atraso no pagamento por culpa do Município de ENTRE FOLHAS MG, os valores devidos serão acrescidos de encargos financeiros de acordo com o índice de variação do IGM-M do mês anterior ao do pagamento "pro rata tempore", ou poroutro índice que venha lhe substituir, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma formapara o atraso.

8. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão, na forma eletrônica, tendo como critério de julgamento: menor preço por lote.
- 8.2. O modo de disputa será conjuntamente fechado e aberto
- 8.3 Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):
- 8.3.1 Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).

9. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA

9.1. O valor estimado foi definido com base no melhor dos preços auferidos por meio da utilização de pesquisa direta com 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, conforme inciso IV art. 23 da Lei nº. 14.133/2021, dos quais habitualmente tem relação



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

comercial, estão localizados no âmbito local e regional, o que facilita o fornecimento, considerando tratar-se de compra de pequeno vulto e parcelada.

9.1.1 Melhor Preço

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	PR. UNIT	PR. TOTAL
1	Abobrinha caixa com 20 kg	caixa	30	R\$ 85,00	2.550,00
2	Abobora japonês caixa com 20 kg	Caixa	30	R\$ 85,00	2.550,00
3	Alho	kg	500	R\$ 30,00	15.000,00
4	Batata baroa cx c/ 20 kg	caixa	60	R\$ 200,00	12.000,00
5	Batata ingleza saco 50kg	saco	80	R\$ 370,00	29.600,00
6	Batata doce cx c/ 20kg	caixa	60	R\$ 80,00	4.800,00
7	Beterraba caixa c/ 20kg	caixa	25	R\$ 100,00	2.500,00
8	Cebola caixa c/ 20kg	caixa	35	R\$ 110,00	3.850,00
9	Cenoura caixa c/20kg	caixa	70	R\$ 127,30	8.911,00
10	Couve flor	kg	300	R\$ 9,10	2.730,00
11	Inhame caixa c/ 20 kg	caixa	70	R\$ 110,00	7.700,00
12	Mandioca caixa com 20kg	caixa	80	R\$ 85,00	6.800,00
13	Ovos brancos	Dúzia	900	R\$ 10,00	9.000,00
14	Pimentão caixa com 20kg	caixa	15	R\$ 90,00	1.350,00
15	Repolho caixa com 20kg	caixa	50	R\$ 70,00	3.500,00
16	Quiabo caixa com 20 kg	Caixa	40	R\$ 140,00	5.600,00
17	Tomate caixa com 20kg	caixa	130	R\$ 127,30	16.549,00
18	Vagem caixa com 10kg	caixa	50	R\$ 120,00	6.000,00
19	Chuchu caixa com 20kg	Caixa	25	R\$ 63,70	1.592,50
20	Abacaxi caixa com 12 unidades	caixa	70	R\$ 110,00	7.700,00
21	Banana Nanica caixa com 20 kg	caixa	100	R\$ 80,00	8.000,00
22	Banana Prata caixa com 20 kg	caixa	170	R\$ 90,00	15.300,00
23	Banana da Terra caixa com 20 kg	caixa	70	R\$ 100,00	7.000,00
24	Laranja caixa com 18kg	saquinho	280	R\$ 90,00	25.200,00
25	Maca nacional caixa com 18 kg	caixa	250	R\$ 190,00	47.500,00
26	Mamão caixa com 20 kg	caixa	70	R\$ 150,00	10.500,00
27	Melancia	kg	4500	R\$ 4,50	20.250,00
28	Morango	kg	50	R\$ 19,00	950,00
29	Maracujá caixa com 20 kg	caixa	80	R\$ 140,00	11.200,00
30	Alface	pé	2300	R\$ 3,65	8.395,00
31	couve	molho	2300	R\$ 3,65	8.395,00
32	Cebolinha de folha	molho	1200	R\$ 1,85	2.220,00
33	Salsinha	molho	1200	R\$ 1,85	2.220,00
34	Manga Tipo ADA caixa com 20 kg	caixa	70	R\$ 140,00	9.800,00
35	Brócolis	Kg	300	R\$ 14,00	4.200,00
36	Uva Preta Tipo Vitória (bandeja com 500 gramas)	Bandeja	300	R\$ 10,00	3.000,00
37	Tangerina Tipo Pokan (Caixa com 20 kg)	Caixa	125	R\$ 70,00	8.750,00
38	Milho Verde In Natura Sem Palha	Kg	2000	R\$ 4,50	9.000,00
TOTAL					352.162,50

9.1.2 – Valor Global Estimado de R\$ 352.162,50 (trezentos e cinquenta e dois mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

9.2. Não foram utilizados os preços disponíveis no Painel de preços e contratações similares de entes públicos pois em consulta ao software Banco de Preços de contratações de serviços e materiais, foram identificadas contratações semelhantes àquela que se pretende realizar neste processo, todavia, para regiões diversas a qual se pretende fazer a contratação, e, mais ainda, com as especificações não equivalentes aos itens necessários ao fornecimento a ser licitada.

10. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação administrativa correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Município.

020203 04 122 0006 2.019 339030 Ficha 30 020302 12 306 0005 2.034 339030 Ficha 143 020302 12 306 0005 2.034 339030 Ficha 145 020402 10 302 0001 2.066 339030 Ficha 406 020402 10 302 0001 2.066 339030 Ficha 409 020403 08 243 0009 2.052 339030 Ficha 455 020403 08 244 0009 2.051 339030 Ficha 471 020403 08 244 0009 2.080 339030 Ficha 500 020602 20 606 0006 2.086 339030 Ficha 655

- 10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 10.4 Decreto nº 7.892/2013: Art. 7º. (...) § 2 o Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.
- 10.5 A dotação orçamentária destinada ao pagamento do objeto licitado estará prevista e indicada no orçamento do município, para o exercício de 2024, utilizando rubricas próprias à época da contratação.
- 11. DA ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO



CNPJ N° 66.229.626/0001-82

11.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que a estipulação de garantia pode inviabilizar a contratação.

Entre Folhas – MG, 09 de agosto de 2024.

Maria Goretti Flamini Silva Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Turismo